

L E I Nº 1.415/81

Data: 19 de maio de 1981.

Súmula: Cria, no Quadro Geral da Câmara Municipal de Bandeirantes, o cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO, de provimento efetivo.

A câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica criado, no anexo I da Lei Municipal nº 1.087/72, de 30 de novembro de 1972, o cargo ASSESSOR LEGISLATIVO, de provimento efetivo, de nível 05.

Art. 2º - A quantidade de cargos por classe é igual ao estatuído na Lei nº 1083/72, de 30 de novembro de 1972, com as alterações previstas na Lei nº 1.324/78, de 23 de março de 1978.

Art. 3º - Os vencimentos do cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO são os valores atualmente vigentes das classes do nível 05 constantes da Lei nº 1083/72.

Art. 4º - A série de classes do cargo de ASSESSOR LEGISLATIVO é de “A” a “O”, sendo que os cargos vagos das classes “B” e “O” terão provimento na forma estatuída pelo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Bandeirantes, sendo que fica acrescentado no anexo 3 da Referida Lei nº 1083/72, o seguinte:

CARGO: ASSESSOR LEGISLATIVO

SÉRIE DE CLASSES: NÍVEL 05

REQUISITOS MÍNIMOS PARA PROVIMENTO:

A) Instrução:

- Curso Superior (Diploma de Bacharel em Direito)

B) Conhecimentos Específicos:

- Administração pública, técnica legislativa e legislação federal, estadual e municipal.

ATRIBUIÇÕES:

Assessoramento à mesa da Presidência da Câmara Municipal, às Comissões e aos Vereadores; planejar, orientar, executar, coordenar ou controlar estudos, levantamentos, pesquisas, inquérito ou investigações para determinação de princípios, diretrizes, normas e métodos de trabalho. Participar da elaboração de projetos, planos de ação ou programas de atividades, e controlar suas execuções; analisar e interpretar dados e documentações, superintendendo a respectiva coleta e organização; emitir pareceres fundamentados em pesquisas, estudos, doutrinas ou normas vigentes; elaborar monografias, teses, relatórios, conferências e contratos, desempenhar missões de orientação e fiscalização de serviços; colaborar com as direções dos órgãos, nos exames debate e solução dos problemas de grande complexidade, dentro das necessidades da administração; realizar estudos no campo da administração pública; atender outras determinações do presidente da Câmara.

Art. 5º - Fica acrescentado no anexo 4 da Lei nº 1083/72, de 30 de novembro de 1972, o seguinte:

SEÇÃO DE DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO

CARGO EFETIVO

- Assessor Legislativo I

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 19 de maio de 1981.

José Fernandes da Silva

Prefeito Municipal